

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023
(Do Sr. JOSÉ NELTO)

Susta os efeitos da Deliberação nº 58, de 02 de março de 2023, que autoriza o reajuste de 12,000% (doze por cento) sobre o coeficiente tarifário vigente desde fevereiro de 2021 para os serviços de transportes rodoviário semiurbano interestadual e internacional de passageiros, operados em regime de autorização, que estavam sob gestão do Governo do Distrito Federal em razão do Convênio de Delegação nº 1/2020 na data da publicação da Deliberação nº 69, de 17 de fevereiro de 2022.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica sustado, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, os efeitos da deliberação nº 58, de 02 de março de 2023, que autoriza o reajuste de 12,000% (doze por cento) sobre o coeficiente tarifário vigente desde fevereiro de 2021 para os serviços de transportes rodoviário semiurbano interestadual e internacional de passageiros, operados em regime de autorização, que estavam sob gestão do Governo do Distrito Federal em razão do Convênio de Delegação nº 1/2020 na data da publicação da Deliberação nº 69, de 17 de fevereiro de 2022.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Entre as competências do Congresso Nacional, previstas no texto constitucional, encontra-se a possibilidade de sustar os atos normativos dos demais poderes quando exorbitarem o poder de regulamentar (art. 49, V, da CF).

Em outros dizeres, a Carta Magna preceitua que os Poderes Executivo e Judiciário gozam de autonomia para expedir certos atos normativos, desde que respeitem as balizas constitucionais para tanto.



Portanto, quando há um ato normativo oriundo do Poder Executivo, urge o rápido manejo do decreto legislativo para conter os excessos cometidos pelo referido Poder. É o que se busca com a presente medida, senão vejamos:

A Resolução ANTT nº 2.130, de 03 de julho de 2007 *aprova a metodologia de reajuste por fórmula paramétrica, define a periodicidade das revisões ordinárias das tarifas e atualização dos Coeficientes Básicos e dos Parâmetros Operacionais da Planilha Tarifária vigente do Serviço de Transporte Rodoviário Interestadual Semi-Urbano de Passageiros.*

Fundada no aludido permissivo, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), por meio de sua Diretoria Colegiada, no âmbito da Deliberação nº 58, de 02 de março de 2023, autorizou e, agora, anunciou¹, que haverá reajuste de **12%** (doze por cento) das tarifas dos serviços de transporte rodoviário semiurbano interestadual das linhas do Entorno do Distrito Federal. Atualmente, são mais de **400 (quatrocentos) linhas de ônibus** que realizam um **transporte diário de cerca de 175 mil passageiros.**

Consoante apuração realizada pela mídia nacional, os novos valores para o transporte do Entorno do DF será:

- (i) Luziânia: de R\$ 7,40 para R\$ 8,35
- (ii) Novo Gama: de R\$ 7 para R\$ 7,85
- (iii) Planaltina: de R\$ 7,85 para R\$ 8,85
- (iv) Águas Lindas: de R\$ 7,80 para R\$ 8,85
- (v) Santo Antônio do Descoberto: de R\$ 7,30 para R\$ 8,15
- (vi) Céu Azul: de R\$ 4,95 para R\$ 5,60
- (vii) Valparaíso: de R\$ 5,40 para R\$ 6,10
- (viii) Cidade Ocidental: de R\$ 6 para R\$ 6,75

É inegável que **a expressiva elevação tarifária importará em graves danos aos usuários desse transporte que, vale registrar, é majoritariamente utilizado por uma população de baixa renda.**

¹ <https://www.metropoles.com/distrito-federal/antt-reajusta-preco-de-passagens-de-onibus-do-entorno-em-12>



Observa-se, portanto, que o ato da ANTT (Poder Executivo) tal qual proferido é claramente excessivo e, via de consequência, deverá ser suspenso, visando a submissão do tema ao necessário debate, com avaliação e demonstração dos critérios técnicos que fundamentaram o elevadíssimo índice de reajuste aplicado.

Dessa forma, conto com o apoio dos nobres Deputados para **SUSTAR** os efeitos da deliberação nº 58, de 02 de março de 2023, que autoriza o reajuste de 12,000% (doze por cento) sobre o coeficiente tarifário vigente desde fevereiro de 2021 para os serviços de transportes rodoviário semiurbano interestadual e internacional de passageiros, operados em regime de autorização, que estavam sob gestão do Governo do Distrito Federal em razão do Convênio de Delegação nº 1/2020 na data da publicação da Deliberação nº 69, de 17 de fevereiro de 2022.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado **JOSÉ NELTO**
(PP/GO)

